



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função do serviço de engenharia em questão, previstas no Termo de Referência e que aqui relacionadas passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

Justifica-se pela aplicação de políticas públicas, voltada para a solução de carências de infraestrutura na região nordeste. Apesar de terem proporcionado alguns progressos ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível perceber a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região. Desta maneira, a execução de recuperação, limpeza, manutenção e desassoreamento de aguadas almeja a melhoria da qualidade de vida e elevação do nível dos serviços ofertados à população e dessedentação animal, visando o bem estar das comunidades e animais, principalmente, com redução do nível de doenças de veiculação hídrica e por consequência, redução dos gastos com saúde pública, além de resguardar cursos d'água da contaminação, implantar atividades de educação sanitária e ambiental nestes locais, resultando em impactos positivos para a dessedentação animal e criação de infraestrutura para criação de ovinos, caprinos, gados e etc., para a manutenção dos arranjos produtivos locais.

Regime de execução: Empreitada por Preços Unitários: preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO, com Sistema de Registro de Preços (SRP).

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, Lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Desapropriação: Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Critério de Julgamento: Menor preço por GRUPO (grupo único), de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei nº 13.303/2016.

Orçamento Público/Aberto: A definição pelo orçamento público tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Da não admissão de subcontratação: Objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio: Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consórcio não é justificada.

Da não admissão da participação de Cooperativa: É dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista que o objeto a ser licitado não trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Do serviço comum: Esclareço que o objeto desta licitação, “Execução dos serviços necessários à recuperação, limpeza, manutenção e desassoreamento de aguadas em comunidades rurais difusas de municípios diversos do estado de Pernambuco, inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf”, é **qualificado como SERVIÇO DE ENGENHARIA COMUM, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado somado a frequente contratação**, e por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP): Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (“I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas e visando dar maior celeridade ao processo, haja vista o final do exercício orçamentário, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Autorização de adesões - “caronas”: A área técnica não vê empecilho em prever no edital a autorização de adesões para qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não participe do certame licitatório, considerando os seguintes argumentos:

Ao participar do SRP, o licitante sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, ele pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador, já que o licitante poderá ofertar um quantitativo superior ao que está sendo licitado pelo órgão gerenciador, aumentando assim o seu faturamento;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim a competitividade, e consequentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes podem executar os serviços para diversos órgãos.

Do menor preço global por item: Quanto maior a subdivisão, menor será o desconto nas propostas, e maiores serão as chances de inexecução contratual, acarretando prejuízos à administração pública. Em 2015 a Concorrência Nacional nº11/2015 foi parcelada em 04 (quatro) lotes, dos quais registramos a inexecução/execução parcial de 03 (três) – Contratos nº 3.057.00/2015, nº 3.058.00/2015, nº 3.059.00/2015. Tais desfortúnios, acautelaram a necessidade de medidas técnicas e isonômicas que assegurassem a consumação e o quilate dos objetos licitados. Diante de tais elementos, recorremos à contratação por “GRUPO”, onde asseguramos obediência aos princípios pautados pelo interesse público, à economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa, somados a simplificação da gestão da contratação e afiançando a execução e a eficiência dos serviços pactuados. Saliento que o largo incremento de quantitativos e a abreviação das etapas executivas, resultam em substancial redução dos preços a serem pagos pela Administração (“economia de escala”, face à grandeza assumida pelo objeto licitado), e asseguram sucesso à prestação dos serviços à sociedade, objetivo final deste procedimento licitatório.

Da dispensa de licenciamento ambiental:

O Termo de Referência contido no processo administrativo nº 59530.001488/2023-41 se adequa à legislação que rege a matéria no Estado de Pernambuco. Desta forma, em conformidade a Lei nº 14.249, alterada pela Lei nº 14.549, de 21 de dezembro de 2011, **os serviços descritos neste instrumento são isentos de licenciamento ambiental** (art. 4º, §4 - lei 14.549 de 21/12/2011).

Giuliano Marcondes Ladeira

Analista em Desenvolvimento Regional - 3ª/GRD
CODEVASF-3ª SR